



Editorial

O mês de maio teve como principal enfoque o encerramento do projeto Casa Lar, o agendamento e alteração das escolas para aplicação dos projetos, pois devido à greve tiveram que haver adaptações. Além do tempo para pesquisa, nesse mês se teve tempo para participação de eventos que ajudassem os bolsistas no preparo do projeto Cartografia para Crianças, os quais constam relatos neste informativo.

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

<b><u>PetGeo FAED/UDESC</u></b>
<p><b>Expediente:</b>  <u>Bolsistas:</u> Ana Paula Esnidei Pereira, Carolina Datria Schulze, Jéssica Gerente, João Daniel Barbosa Martins, Laura Dias Prestes, Leonardo Lenzi Barbosa, Marcela Gonçalves Werutsky, Maria Carolina Soares, Michelle Martins de Oliveira, Raphael Meira Knabben, Rudney da Silva e Samuel Bastos Bracagioli.  <u>Edição:</u> Michelle Martins de Oliveira  <u>Revisão:</u> Grupo PET-Geografia  <u>Impresso</u> pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Times New Roman.</p>
<p><b>Sugestões, reclamações, convites, opiniões:</b> <i>petgeopress@gmail.com</i></p>

**Nessa edição:**

**Página**

Do Desastre à Reconstrução: Estudo de Caso do Município de Ilhota –SC – Lisangela Albino e Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas.....	02
Relatos: Cartografia Afetivas – Jéssica Gerente.....	22
Relato: I Seminário de gestão de riscos geológicos de Santa Catarina - Jéssica Gerente, e Rudney da Silva.....	23
PET Indica.....	24
Eventos.....	25

## **Do Desastre à Reconstrução: Estudo de Caso do Município de Ilhota - SC**

Lisangela Albino, lisangelaalbino@gmail.com, licenciada e aluna do Bacharelado em Geografia e do Curso de Especialização em Gestão de Riscos de Desastres para o Desenvolvimento Socioambiental em Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, pmariofreitas@gmail.com, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), professor visitante, docente do Mestrado em Planejamento Regional e Desenvolvimento Socioambiental e do Curso de Especialização em Gestão de Riscos de Desastres para o Desenvolvimento Socioambiental (pmariofreitas@gmail.com)

### **Resumo**

A história dos desastres é, também, a história de reconstrução de desastres anteriores. De acordo com Lavell (1996), os planos de reconstrução devem ser elaborados para devolver às sociedades suas condições preexistentes ao desastre e voltar às condições de “normalidade”, promovendo o restabelecimento de condições adequadas de vida, reabilitando ou reconstruindo a área afetada, bens e serviços interrompidos e a reativação do desenvolvimento sócio-econômico. Contudo, a reconstrução deve ir mais longe, proporcionando melhor qualidade de vida, criando estruturas físicas, institucionais e sociais menos vulneráveis e corrigindo, sempre que possível, as ações antrópicas amplificadoras do risco. Torna-se, por isso, indispensável promover a relação entre os atores envolvidos na prevenção e os que intervêm na reconstrução, com especial realce para as populações. Neste trabalho triangula-se: o aconselhado pela bibliografia especializada em gestão de riscos no processo de reconstrução pós-desastres; com a reconstrução técnica implementada pelo poder político e Defesa Civil no Município de Ilhota, Santa Catarina, após as devastadoras inundações e deslocamentos de massa de 2008; e a visão crítica da população local, marginalizada durante o processo de reconstrução.

## Introdução

Eventos naturais como cheias, movimentos de massa, tornados, tempestades de granizo ou erupções vulcânicas, sismos e tsunamis, somente caracterizam-se como “desastres” quando afetam diretamente a população, provocando assinaláveis perdas materiais e/ou humanas. Assim, para Lavell (1996), desastre é definido como uma situação de crise ou estresse social observável no tempo e no espaço em que sociedades e seus componentes (comunidades, cidades ou regiões) sofrem danos ou perdas físicas e alterações em sua rotina de funcionamento que exigem a participação de agentes, instituições ou organizações externas para sua atenção e resolução. Embora, o gatilho dos chamados “desastres naturais” seja uma causa natural, ou se preferirmos, um evento não diretamente dependente da vontade humana, seus impactos são em grande parte resultado de dinâmicas antrópicas, em particular, o inadequado uso do solo e/ou a urbanização desregrada.

O Brasil é considerado o décimo país do mundo com maior número de vítimas de desastres ambientais de natureza hidrológica – enchentes, inundações e movimentos de massa, além de outros eventos decorrentes de fenômenos meteorológicos como vendavais, tornados e até mesmo furacões.

Segundo registro da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, as populações afetadas por algum tipo de desastre ambiental no Brasil, entre 2000 a 2007, somaram mais de 1,5 milhões de pessoas. O prejuízo econômico foi estimado em mais de 2,5 bilhões de reais. A pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), feita pelo IBGE em 2002 e publicada em 2005, mostrou que cerca de 50% dos municípios brasileiros sofreram algum tipo de evento ambiental adverso nos 24 meses que antecederam a pesquisa e, dentre esses, aproximadamente 16% foram afetados por deslizamentos de encosta e 19% com inundações. O desastre da Serra Fluminense está registrado entre os 10 maiores do mundo, com mais de 600 vítimas e 2500 desabrigados.

De acordo com os registros da Defesa Civil Estadual, as chuvas ocorridas em novembro de 2008, no Estado de Santa Catarina, e os deslizamentos e enchentes a elas associados, provocaram mortes em mais de 16 cidades catarinenses; 63 municípios decretaram situação de emergência e 14, estado de calamidade pública. O município de Ilhota teve o maior número de óbitos (47), seguido pela cidade de Blumenau (24).

Para lidar com a questão dos desastres ambientais o Brasil institucionalizou como órgão oficial a Defesa Civil, que compõem um conjunto de medidas de socorro, assistenciais, preventivas e reconstrução com a finalidade de evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social (Valêncio et.

al., 2009). Porém, nem sempre esses objetivos são alcançados, dentre outros fatores, devido à morosidade da capacitação de lideranças para a prevenção de desastres.

Conforme Lavell (1996), os planos de reconstrução devem ser elaborados para devolver às sociedades suas condições preexistentes ao desastre e voltar às condições de “normalidade”, ou seja, promover o restabelecimento de condições adequadas de vida, reabilitando ou reconstruindo a área afetada, bens e serviços interrompidos e a reativação do desenvolvimento socioeconômico. Contudo, a reconstrução deve ir mais longe, proporcionando melhor qualidade de vida, criando estruturas físicas, institucionais e sociais menos vulneráveis e corrigindo, sempre que possível, as ações antrópicas amplificadoras do risco. Torna-se, por isso, indispensável promover a relação entre os atores envolvidos na prevenção e os que intervêm na reconstrução, com especial realce para as populações.

Essa é uma das razões que estão na base de um maior impacto destrutivo dos eventos extremos e da necessidade de, após os desastres, durante a reconstrução, planejar e executar ações corretivas dos fatores de vulnerabilidade e implementar programas de promoção da resiliência. Para que as comunidades se adaptem às condições de um pós-desastre e se previnam para a possibilidade de serem afetadas por um novo evento, de igual ou maior proporção, podem ser adotados dois tipos de medidas preventivas: as estruturais e as não-estruturais. As primeiras referem-se àquelas de cunho corretivo, tais como as obras de engenharia que minimizam os problemas por um curto prazo e são bastante caras. As não-estruturais, de caráter formativo-educativo, promovem uma melhor percepção de risco, são de baixo custo, no entanto, seus resultados são obtidos a médio e longo prazo (NCEM, 1998; Andjelkovic, 2001; ISDR, 2004).

## **Enquadramento Teórico**

De forma necessariamente sintética, procederemos a uma análise da evolução do conceito de desastre para, em seguida, nos concentrarmos mais especificamente nas questões referentes à reconstrução.

### ***Evolução do Conceito de Desastre***

Nos últimos quarenta anos as ideias sobre o conceito de desastre sofreram transformações paradigmáticas. Segundo Lavell (2006), as críticas realizadas por Hewitt no início da década de oitenta, sobre a visão fiscalista, ocorreram porque o termo desastre estava diretamente relacionado aos fenômenos naturais. Sob esse ponto de vista o peso das responsabilidades recaía sobre tais eventos, colocando a sociedade em um papel secundário, dando a ideia de que os desastres são inevitáveis. A severidade e a magnitude

dos eventos naturais, sob essa óptica é o único fator determinante para que ocorra um desastre e a investigação de sua ocorrência enfatiza, quase que unicamente, as análises nas áreas de engenharia, além das áreas geológicas, climatológicas e hidrológicas. Esse posicionamento se fortaleceu em instituições científicas, perpetuando a visão fiscalista do desastre. Assim, atividades que a sociedade poderia realizar para minimizar as causas e consequências do desastre não eram consideradas e colocavam-se em prática somente as obras de engenharia como medidas preventivas. A participação das pessoas e comunidades não era incluída nas fases de prevenção e preparação, já que os eventos físicos eram concebidos como responsáveis pelo desastre e a prevenção restringia-se ao estudo das ameaças, numa tentativa de prever a ocorrência do evento a tempo de permitir a evacuação das áreas de risco.

Atualmente o posicionamento fiscalista vem dando espaço a visão mais social dos desastres. Porém, é comum ler e ouvir frases como “O impacto do desastre na Guatemala resultou em um determinado número de mortos e na destruição de casas, hospitais e escolas” quando na verdade os mortos e a destruição é que configuram o desastre em si. Costuma-se ainda falar como se o evento natural fosse o próprio desastre (Freitas, 2011). Percebe-se que existe uma necessidade de definição do que é um desastre ou dos processos sociais que levam a tal fato.

Como decorrer dos anos a visão fiscalista começou a ceder espaço para uma nova corrente, a quantitativa, que passou a aceitar a existência de um desastre em função do número de perdas humanas e econômicas, ou seja, o desastre passou a ser visto como o resultado de produtos e processos. Os produtos referem-se às ameaças (o físico) e os processos à vulnerabilidade (o social).

Isto implica a aceitação de que, na maioria dos casos, são as condições sociais da existência de uma população que determinam em grande medida o nível de destruição, deslocação ou interrupção das funções da sociedade. Ou seja, as ameaças físicas são um fator necessário na fórmula do desastre, mas não são condições suficientes nem predominantes em sua existência. (LAVELL, p. 11, 1996).

Dessa maneira, a vulnerabilidade social passou a ser tratada como um importante componente na formação das condições que propiciam o grau do impacto sofrido pela ação dos eventos físicos. Por ser resultado de processos históricos e de mudanças da sociedade, a vulnerabilidade está em constante transformação.

Finalmente, a visão social superou as limitações do modelo quantitativo, desmistificando que os desastres são somente de grande magnitude, em termos sociais, econômicos, espaciais ou territoriais. O problema deixou de ser somente quantitativo, na medida em que a análise dos desastres reconheceu a necessidade de identificação de suas

causalidades. Pequenos e médios desastres, afetando continuamente uma determinada região podem sugerir indícios de que, futuramente, haja desastres de grandes magnitudes. Logo, as condições sociais passaram a determinar o grau de destruição ou interrupção das funções sociais, sendo que, as ameaças físicas são apenas um fator do desastre, mas não é condição única para sua existência. A partir da publicação de Wijkman y Timberlake (1985 apud Lavell 1996), o conceito de desastre passou a ser concebido como “problemas provenientes do desenvolvimento”.

Para Lavell (1996, p.13), o conceito social de desastres inclui tanto elementos naturais como sociais:

Um desastre representa o ponto culminante, a crise desencadeada por um processo contínuo de desajuste do ser humano, suas formas de assentamento, construção, produção e convivência com o meio natural. Em consequência, representa uma manifestação do manejo inadequado do meio ambiente e da ausência de princípios duradouros de sustentabilidade. Assim, o problema dos desastres não reside tanto no que são os extremos da natureza, mas sim, no que são os extremos da sociedade: a contínua despreocupação por encontrar, por parte do ser humano e da sociedade, mecanismos de ajuste ao meio ambiente que lhe dê sustento.

### ***Teoria da Reconstrução***

O objetivo final da reconstrução é proporcionar melhores condições de vida para a população atingida do que as existentes antes do desastre. No que diz respeito à participação das pessoas e comunidades no processo de reconstrução o *Participatory Planning Guide for Post-Disaster Reconstruction* (2004) sugere que depois da realização da avaliação dos danos a comunidade afetada participe ativamente expondo suas necessidades habitacionais, pessoais (levando em consideração o ponto de vista e as necessidades específicas dos feridos, deficientes, órfãos e daqueles que sofreram traumas psicológicos pós-desastre), além das necessidades de saneamento, fornecimento de energia elétrica e escola. (materializada na elaboração dos chamados AVADANs) A primeira etapa — *Avaliação de Danos* — inclui duas fases.

A primeira refere-se a um rápido levantamento sobre o número de pessoas afetadas, as circunstâncias e condições em que se encontram e os serviços que o município ainda pode oferecer. Essa primeira avaliação deve indicar o número de perdas humanas e de infra-estrutura e os equipamentos que serão necessários no resgate, tais como escavadeiras e equipamentos médicos. Os dados levantados permitem que se possa fazer uma estimativa da quantidade de roupas, alimentos, remédios e abrigos que serão necessários para o atendimento inicial dos desabrigados e desalojados. A segunda fase de avaliação deve ser mais detalhada, contendo informações sobre a natureza, localização e extensão e as necessidades da população afetada, permitindo, dessa forma, o planejamento

e a implementação de programas de reconstrução. A avaliação de danos deve conter informações detalhadas sobre os prejuízos causados à moradia, instalações do governo (prefeitura, escolas, praças), comércio, unidades industriais, propriedades agrícolas, bem como os prejuízos causados nos serviços de abastecimento de água, esgoto, eletricidade, telecomunicações, etc. Para esse tipo de avaliação é necessário que haja uma equipe formada por vários especialistas, tais como geógrafos, geólogos, engenheiros, agrônomos, biólogos, economistas etc. com a finalidade de reconhecer os danos causados à economia local e propor soluções a médio e longo prazo.

Na etapa de *Avaliação das Necessidades* é que se insere a participação popular no processo de reconstrução participada. A comunidade afetada deve participar ativamente expondo suas necessidades habitacionais, pessoais (levando em consideração o ponto de vista e as necessidades específicas dos feridos, deficientes, órfãos e daqueles que sofreram traumas psicológicos pós-desastre) e necessidades de saneamento, fornecimento de energia elétrica e escola. Os dados coletados nessa etapa devem ser avaliados e discutidos entre o município e as comunidades atingidas, para definir as prioridades de ambas as partes e seja feito o planejamento do processo de reconstrução. As políticas adotadas devem sempre atender as decisões tomadas por todos os afetados pelo desastre e, por isso, incluem os princípios de autoconfiança, descentralização, equidade, mitigação e realocação de famílias.

A autoconfiança e a motivação dos indivíduos afetados constituem duas das principais ferramentas para a reconstrução pós-desastre, sendo decisivas na superação do choque e na criação de resiliência. Antes de solicitar o auxílio de grupos de apoio externos, é importante identificar competências que estejam disponíveis dentro da comunidade. Esse tipo de atitude ajuda a fortalecer a capacidade local para reconstrução. A participação das comunidades locais, através da organização de comitês de reconstrução tende a diminuir as tensões sociais existentes, mas para isso deve haver descentralização do poder e a reconstrução deve ocorrer em nível municipal. Outro princípio que deve ser respeitado é o da equidade, no que diz respeito à assistência às vítimas das catástrofes. A distribuição dos recursos precisa ser realizada de maneira uniforme, seguindo normas mínimas de fornecimento aos indivíduos afetados e suas famílias, independente de seu status social e econômico, gênero e religião. A desigualdade na distribuição de recursos gera conflitos entre os atingidos e pode dificultar o processo. Dentro da óptica da reconstrução, há uma série de medidas para assegurar que a comunidade possa sobreviver a futuros desastres, com uma perda mínima de vidas e bens. Para isso é necessário o investimento em melhorias dos métodos de construção para oferecer um menor impacto ao município, ou seja, mitigar os riscos futuros. Porém, nem sempre as medidas mitigatórias evitam que seja realizada a realocação de famílias em áreas de risco eminente. A realocação de famílias

não deve ser feita sem a participação comunitária, pois o deslocamento delas deve ser apenas da área vulnerável a um novo evento natural, mantendo-as próximas ao local onde residiam anteriormente.

Esses princípios servem de base para a reconstrução política ao identificar os papéis de todas as organizações, sejam elas públicas, privadas, governamentais ou não-governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal e os setores econômicos e de infra-estrutura da área afetada. A formação de uma cadeia de comando será fundamental na distribuição de papéis e responsabilidades designadas a cada um. Cabe à política criar ferramentas claras e definidas para que haja a colaboração no processo de reconstrução. Por se tratar de uma tarefa complexa, não cabe somente ao governo assumir todas as responsabilidades e excluir a participação popular, pois esta, através da criação de comitês de reconstrução atuará de forma decisiva no planejamento e implementação dos planos elaborados durante o processo. A reconstrução participada somente acontecerá com conscientização dos órgãos públicos, programas educacionais de prevenção, melhoramento dos sistemas de informação, previsão e prognóstico, sistemas de alerta evacuação, a recuperação de pontes, limpeza das redes de drenagem pluvial, entre outras atividades não necessitando ter um custo altíssimo, especialmente quando realizados com a participação dos grupos sociais afetados.

## **Metodologia**

Neste trabalho triangula-se: o aconselhado pela bibliografia especializada em gestão de riscos no processo de reconstrução pós-desastres; com a reconstrução técnica decidida e implementada pelo poder político e Defesa Civil no Município de Ilhota, Santa Catarina, após as devastadoras inundações e deslocamentos de massa de 2008; e a visão crítica da população local (em especial da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, que representa 342 famílias), marginalizada durante o processo de reconstrução.

A fim de poder atingir os objetivos de pesquisa traçados procedeu-se com análise documental sobre as obras da Prefeitura, visitas de campo e entrevistas com atores chave da comunidade e revisão bibliográfica.

## **4. Análise do processo de Reconstrução do Município de Ilhota**

Em decorrência do desastre, o município de Ilhota decretou Estado de Calamidade. Conforme o relatório de Reconstrução Áreas Afetadas Catástrofe Novembro/2008, foi identificada a necessidade de construção de 220 unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais. Três unidades de Saúde afetadas tiveram sua estrutura comprometida e uma foi

parcialmente danificada. Uma ambulância foi completamente destruída e três carros da Vigilância Epidemiológica foram danificados; perderam-se os programas de dados epidemiológicos devido aos danos nos computadores das unidades de Saúde. Uma unidade escolar também foi danificada. Relatou-se a necessidade de reconstrução/recuperação de 12 pontes, além da desobstrução e regularização de vias, compreendendo serviços de recomposição de erosões na pista, recomposição de revestimento primário e remoção de barreiras.

#### **4.1. Obras realizadas e destinação de verbas para a Reconstrução**

Para a aquisição dos terrenos onde, posteriormente, seria realizada a construção de casas populares, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC efetuou o levantamento o cadastro das famílias desabrigadas e, junto com uma equipe de engenheiros, avaliou cinco terrenos.

Dos terrenos avaliados, foram escolhidos dois, de acordo com os critérios estabelecidos durante a vistoria técnica. Um dos terrenos adquiridos está localizado no bairro Braço do Baú e possui uma área de 27.500,00 metros quadrados, avaliado no valor de R\$ 157.000,00, estando em boas condições de acordo com o laudo técnico. O segundo terreno foi adquirido no bairro Ilhotinha e tem uma área de 30.000,00 metros quadrados e foi avaliado no valor de R\$ 500.00,00.

A elaboração dos projetos hidrossanitário, elétrico e estrutural foi feita pela COHAB. Os beneficiários assinaram o Termo de Parceria e de Compromisso de Doação e de Aceite de Moradia.

Foram construídas 46 casas de madeira no valor de R\$ 990.000,00, com recursos provenientes da “Campanha da rede RECORD de Televisão e instituto Ressoar”. Devido às necessidades do Município, o Instituto Ressoar atribuiu mais 20 casas para o Município, totalizando 66 unidades habitacionais. Com recursos provindos do Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC fora iniciada a construção de outras 65 casas de madeira, totalizando o valor de R\$ 869.000,00.

Quadro 1 - Utilização, valor e origem da verba destinada para as obras de habitação.

<b>Utilização</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Origem</b>
<b>Aquisição de terrenos</b>	783.000,00	Gov. do Estado/Defesa Civil/Doações
<b>Construção de Moradias (65)</b>	869.586,90	Governo Federal
<b>Construção de Moradias (64)</b>	960.000,00	Instituto Ressoar
<b>Total</b>	2.612.586,90	

Fonte: COHAB/SC (2011)

Os repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Saúde foram utilizados para a reforma e ampliação da Unidade de Saúde Agostinho Zimmermann, no bairro Baú Central. A Unidade de Saúde de Alto Baú foi contemplada com a reforma, ampliação e aquisição de equipamentos inclusive, de equipamentos para um Centro de Fisioterapia. Foram realizadas ações de promoção e prevenção à saúde, bem como campanhas informativas sobre as doenças decorrentes do período pós-enchente. As comunidades atingidas receberam visitas domiciliares e atendimento médico. Parte dos valores foi destinada para a compra de medicamentos e material hospitalar. As equipes das Unidades de Saúde e Vigilância Sanitária receberam capacitação.

Quadro 2 -Utilização, valor e origem da verba destinada para a recuperação das Unidades de Saúde.

<b>Utilização</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Origem</b>
<b>Atendimentos emergenciais área de saúde</b>	1.375.000,00	* Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (Repasse Fundo a Fundo)

Fonte: SES/SC (2011).

Nota: Portaria GM/MS 2961, de 09/12/2008 aprova plano de trabalho apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde, liberando recursos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde.

Quadro 3 - Usos e Fontes – 2009

<b>Utilização</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Origem</b>
<b>Reforma e ampliação da Unidade de Saúde</b>	150.000,00	*Min. Saúde/Fundo Nacional de Saúde
<b>Reforma, ampliação e equipamentos para a Unidade de Saúde do Alto Baú</b>	102.400,00	*Min. Saúde/Fundo Nacional de Saúde
<b>Aquisição de equipamentos do Centro de Fisioterapia</b>	65.000,00	*Min. Saúde/Fundo Nacional de Saúde
<b>Reforma e equipamentos da Unidade de Saúde</b>	30.000,00	*Min. Saúde/Fundo Nacional de Saúde
<b>Total</b>	<b>347.400,00</b>	

Fonte: SES/SC (2011). Nota: Portaria GM/MS 2961, de 09/12/2008 aprova plano de trabalho apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde, liberando recursos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde.

A Unidade Escola EEB Marcos Konder, afetada pela inundação, teve sua obra de recuperação executada através da Secretaria de Estado da Administração – SEA.

Quadro 4 - Utilização, valor e origem da verba destinada para as obras de recuperação da Unidade Educacional.

<b>Utilização</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Origem</b>
<b>Reforma Emergencial EEB Marcos Konder</b>	112.000,00	Ministério da Integração Nacional

Fonte: SEA/SC (2011)

As vistorias realizadas pelo DEINFRA (Departamento Estadual de Infra-Estrutura) constataram a necessidade de realização dos serviços de desassoreamento de cursos d'água, drenagem de terrenos e limpeza de rodovias onde ocorreram escorregamentos. Os trabalhos foram executados nos seguintes locais: Estrada geral Barranco Alto, bairro Boa Vista, Estrada geral do bairro Pocinho, Alto Baú, Ribeirão Baú e Braço do Baú. Foi necessário também serviços de desobstrução e regularização de vias, compreendendo recomposição de erosões na pista, recomposição de revestimento primário, remoção de barreiras e recomposição de aterro.

Quadro 5 - Utilização, valor e origem da verba destinada para as obras de infra-estrutura.

<b>Utilização</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Origem</b>
<b>Obras emergenciais</b>	6.297.000,43	Ministério da Integração Nacional
<b>Hora/Máquina recomposição de estradas</b>	1.634.972,90	Ministério da Integração Nacional
<b>Implantação/Pavimentação Entroncamento BR-470 – Ilhota 2,4 Km – Construção de ponte sobre o Rio Itajaí-Açu</b>	10.850.619,75	Em convênio co o DNIT
<b>Total</b>	<b>18.783.000,08</b>	

Fonte: SEI/SC – DEINFRA (2011)

Quadro 6 - Quadro descritivo das obras de infra-estrutura, sob a responsabilidade de execução da Diretoria de Obras de Transporte DIOT/DEINFRA– Pontes.

<b>Ponte</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Data de Término</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>Ponte sobre o Ribeirão Alto Baú – Estrada Geraldo Baú</b>	01	22/05/2009	18/11/2009	375.810,00
<b>Ponte sobre o Ribeirão Alto Baú – Estrada Geraldo Baú</b>	02	22/05/2009	18/11/2009	379.847,00
<b>Ponte sobre o Ribeirão do Braço do Baú – Estrada Geral Braço do Baú – Tifa dos Schmitt</b>	02	22/05/2009	18/11/2009	249.653,96
<b>Ponte sobre o Ribeirão do Braço do Baú – Estrada Geral Braço do Baú – Tifa Vandelino Fischer</b>	03	22/05/2009	18/11/2009	252.211,66
<b>Ponte sobre o Ribeirão do Alto do Baú – Estrada Geral do Baú – Tifa dos Gardini</b>	03	22/05/2009	18/11/2009	249.810,00
<b>Ponte sobre o Ribeirão Braço do Baú – Estrada Geral do Braço do Baú – Localidade do Hospital</b>	01	22/05/2009	18/11/2009	258.765,50
<b>Total</b>				<b>1.766.097,00</b>

Fonte: DIOT/DEINFRA (2011)

Quadro 7 - Quadro descritivo das obras de infra-estrutura, sob a responsabilidade de execução da Diretoria de Obras de Transporte DIOT/DEINFRA – Contenção.

Contenção	Data de Início	Data de Término	Valor (R\$)
Escorregamento de talude de aterro – Estrada Barranco Alto; Escorregamento de talude de aterro – Bairro Boa Vista; Escorregamento de talude de aterro – Estrada Geral do Bairro Pocinho	22/05/2009	18/11/2009	1.014.206,00
Alto Baú	20/07/2009		1.255.860,00
Baú Central – Ribeirão Baú	20/07/2009		745.512,00
Baú Central – Braço do Baú	20/07/2009		1.087.737,44
<b>Total</b>			<b>4.023.315,44</b>

Fonte: DIOT/DEINF (2011)

Os serviços de recuperação da rede elétrica do Morro do Baú foram efetuados pela CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina adquirindo 253 equipamentos para medição da rede de distribuição, substituição de medidores, disjuntores e cabeamentos de rede, totalizando valor de R\$ 40.503,00.

O atendimento aos trabalhadores desalojados/desabrigados, para emissão de documentos, tais como Carteira de Trabalho, requerimento de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra e cadastro no SINE, foi realizado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. Foram emitidas 41 Carteiras de Trabalho, com fotos. O valor disponibilizado foi de R\$ 278.000,00 – recursos federais.

## **4.2. Levantamento de problemas nas obras de Reconstrução.**

### **4.2.1. Unidades Habitacionais**

De acordo com o levantamento de campo realizado no período de outubro de 2010 a setembro de 2011 e, com o Relatório da Comissão em Vistoria na Região dos Baús/Município de Ilhota/SC, referente às obras de reconstrução, constatou-se que das 64 casas que deveriam ser construídas para os desabrigados da região dos Baús, no bairro Braço do Baú, apenas 10 unidades estão prontas e entregues. A realização dessa obra estava a cargo do Governo do Estado, através do Programa COHAB, com repasse de R\$ 14.000,00 por unidade habitacional, via Ministério da Integração Nacional.

Segundo o memorial descritivo, fornecido pela COHAB, o Sistema de Esgoto deveria facilitar a ampliação da casa, a possível ligação futura ao coletor público, ou rede pública de esgoto, o acesso para a remoção do lodo digerido e não comprometer manancial ou a estabilidade de prédios próximos. Porém, o Sistema de Esgoto das casas não foi feito, sendo que o mesmo corre a céu aberto para os terrenos mais baixos, contribuindo para a

contaminação dos solos e das águas, além da possível contaminação dos moradores do local.

Em decorrência da falta de moradia, a população atual da Região dos Baús voltou a residir em áreas de risco.

Figura 1: Construção das casas destinadas aos moradores da Região dos Baús. Local: bairro Braço do Baú – Ilhota – SC. Data: 27/08/2011.

Figura 2: Esgoto das casas dos moradores do conjunto habitacional da Região dos Baús. Local: bairro Braço do Baú – Ilhota – SC. Data: 27/08/2011



Figura1 - Autora: Lisangela Albino.

Figura1 - Autora: Lisangela Albino.

A construção das casas no bairro Ilhotinha foi executada em uma área urbana, distante das comunidades rurais mais afetadas. Esse fato dificulta o deslocamento das famílias que possuem como principal fonte de renda a atividade agrícola em pequenas propriedades familiares. A metragem do terreno não permite que sejam realizadas ampliações da moradia que tem em média 40 metros quadrados, impedindo, assim, sua adequação ao número de membros da família.

Os recursos para a construção das casas desse terreno foi proveniente do Reino da Arábia Saudita e do Ministério da Integração Nacional. Na parte superior do terreno, o material utilizado para a construção das casas foi o PVC (doação do Reino da Arábia Saudita). Essas unidades habitacionais são montadas em duas horas e meia e tem duração de, aproximadamente, vinte e cinco anos. Já na parte inferior do terreno, percebe-se a construção das casas de madeira (Ministério da Integração Nacional).

Essas unidades começaram a ser ocupadas no ano de 2011.

Figura 3: Construção do conjunto habitacional no Bairro Ilhotinha. Data: Outubro/2010 Local: Ilhota – SC.



Autora: Lisangela Albino

#### **4.2.2 Retaludamento e ampliação de EEB Alberto Schmitt.**

Segundo o laudo do CEPED de 21/01/2009, a Escola Alberto Schmitt (atingida pelo desastre), encontra-se em área de risco, podendo ser atingida por escorregamento. A obra de retaludamento/cortes escalonados, com proteção de revestimento vegetal, canaletas verticais e horizontais e de drenagem, constava no laudo de Defesa Civil, porém, até junho de 2011, a obra ainda não havia sido totalmente realizada, evidenciando sérios problemas estruturais. Quatrocentos alunos freqüentam a Escola.

Figura 4: Obra de retaludamento atrás da Escola apresentado risco de escorregamento. Data: 29/Outubro/2011. Local: Ilhota - SC



Autora: Lisangela Albino

### **4.3. Obras de infra-estrutura**

#### **4.3.1. Pontes**

Duas das pontes construídas e entregues pela Diretoria de Obras de Transporte DIOT/DEINFRA no final do ano de 2010 foram completamente destruídas pelas chuvas ocorridas em janeiro de 2011. Esse fato evidencia: a falta de qualidade de rigor das obras; manifesta o desperdício de recursos públicos e o não planejamento das obras para a maior resiliência local. Prolonga-se o tempo de deslocamento dos moradores e veículos, inclusive de caminhões que fazem o escoamento da produção rural do local. No segundo semestre de 2011 teve início a reconstrução dessas pontes, porém com o dobro do valor das primeiras construídas.

Figura 5: Ponte Estrada Geral do Baú (1). Data: 15/03/2011.Local: Ilhota – SC.

Figura 6: Ponte Estrada Geral do Baú (2). Data: 15/03/2011.Local: Ilhota – SC.



Figura 5 - Autor: Mário Freitas.

Figura 6 – Autor: Mário Freitas.

#### **4.3.2. Estradas**

A pavimentação da Estrada Geral do Baú, realizada pela Diretoria de Obras de Transporte DIOT/DEINFRA, inaugurada em novembro de 2010 encontrava-se bastante danificada, dificultando o trânsito no local. Esse trecho da estrada já se encontrava reparado em setembro de 2011, porém em outros trechos ainda necessitava reparos.

Figura 7 – Calçamento da Estrada Geral do Baú. Data: 15/03/2011.

Local: Ilhota – SC.

Figura 8 – Trecho do Calçamento da Estrada Geral do Baú que necessita novos reparos.

Data: 29/10/2011. Local: Ilhota – SC.



Figura 7 - Autor: Mário Freitas

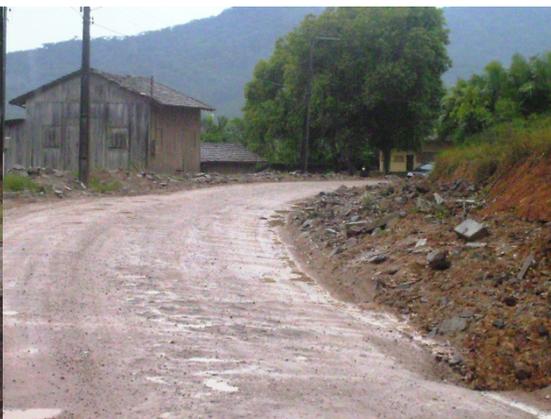


Figura 8 – Autora: Lisangela Albino

#### 4.2.3. Desassoreamento dos cursos d'água.

Durante as visitas de campo foi observado o constante alargamento e desassoreamento dos cursos d'água. Por se tratar de uma região propícia a inundações, esse procedimento realizado pela Prefeitura, com poucos critérios técnicos, acaba acarretando ainda mais os processos erosivos e, conseqüentemente o assoreamento do leito dos rios.

Figuras 9 e 10. Processo erosivo nas margens do rio após a execução do desassoreamento e alargamento do curso d'água. Data: 15/03/2011. Local: Ilhota - SC



Figura 9 – Autor: Mário Freitas



Figura 10 – Autor: Mário Freitas

## 5. Considerações Finais

A análise dos dados levantados nos permite verificar que, a maneira como se realiza o processo de reconstrução dificulta o planejamento proposto pela bibliografia especializada, uma vez que, as obras são executadas por instituições que não são municipais e que não tem por objetivo a execução de obras que ofereçam melhores condições do que as

existentes antes do desastre, visando o aumento da resiliência do Município frente à possível ocorrência de novos eventos adversos na região.

Na prática, os procedimentos que antecedem a reconstrução têm início no momento em que a Defesa Civil local decreta o Estado de Calamidade Pública. Esse termo é definido pela Política Nacional de Defesa Civil (2008) como “o reconhecimento legal pelo poder público, de situação anormal provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes” (p.12). O Estado de Calamidade Pública é comprovado a partir do preenchimento, pela Defesa Civil Municipal, do formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) e seu encaminhamento para a Defesa Civil Estadual para que se inicie o processo de realização das obras que possuem caráter emergencial (como a desobstrução de estradas, recuperação de vias de acesso, pontes, construção de casas para os desabrigados etc.). É de fundamental importância que haja um planejamento referente aos recursos para as ações da Defesa Civil, não apenas no âmbito do Orçamento Geral da União, como também dos Estados e dos Municípios. Como instrumento financeiro há o Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, que tem por função disponibilizar recursos para o atendimento emergencial, em ações de Resposta aos desastres.

Dessa forma, o efetivo processo de reconstrução tem seu início a partir do poder Estadual, embasado nos danos registrados pelo Município afetado. Logo, percebe-se que as obras são realizadas sem planejamento e participação popular na qual, a comunidade afetada deveria participar ativamente expondo suas necessidades habitacionais, pessoais (levando em consideração o ponto de vista e as necessidades específicas dos feridos, deficientes, órfãos e daqueles que sofreram traumas psicológicos pós-desastre) além das necessidades de saneamento, fornecimento de energia elétrica e escola. Os mecanismos de reconstrução de cidades afetadas por desastres no Brasil dificultam o enquadramento das pessoas e comunidades nas decisões tomadas durante a reconstrução, pois se limita ao preenchimento de formulário de Avaliação de Danos, através da Defesa Civil do Município e das decisões tomadas pelo Estado.

Apesar da morosidade para a realização das obras de reconstrução do município de Ilhota, constatou-se que houve o repasse de verbas para que as obras estruturais fossem executadas, trazendo o Município às condições de “normalidade”. No entanto, algumas das obras de reconstrução apresentadas demonstram uma duração muito inferior ao esperado (caso das pontes, estradas e obras de contenção de encostas) sob a responsabilidade do DEINFRA ou inacabadas, como as casas para os desabrigados, as quais a execução ficou a cargo da COHAB, indicando a falta de planejamento no processo de reconstrução e a dificuldade de reabilitação das condições sociais e econômicas municipais. Cabe-se ainda salientar, que o não cumprimento do memorial descritivo do projeto do sistema de esgoto

previsto nas casas construídas no bairro Braço do Baú, vem a acarretar problemas socioambientais como a degradação do solo e das águas, além do risco de contaminação da população local.

Opondo-se a proposta dos órgãos internacionais em que deve haver um planejamento para que a reconstrução das cidades afetadas por desastres ofereça melhores condições do que as existentes anteriormente, o que se detecta é a realização de um conjunto de obras nas mesmas condições do que as existentes anteriormente. Esse fato dificulta a resiliência do Município, além de caracterizar o desperdício de verba pública que poderia ser investida em outras áreas como: saúde, educação, transportes, lazer, etc. A fala do responsável pela Defesa Civil de Ilhota, ilustra a ausência de um plano para a execução das obras no Município:

“Primeiro que não houve planejamento. Porque assim... A Defesa Civil trabalha com resgate imediato, tu não tens como planejar que vai cair, vai deslizar lá e tu vai recupera... Deslizou tu tem que recuperar... Então, tão logo o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique, teve no Município e autorizou a contratação de máquinas e disponibilizou um valor de recursos que eu não sei te informar quanto porque, na verdade, os recursos não foram repassados pro Município... Foram executados tanto pela Defesa Civil como o DEINFRA, tem os números do que foi investido aqui...Então, tão logo eles autorizaram, começaram a vinda de máquinas e já começou a reconstrução”.

Porém, para que houvesse o planejamento das obras, a mitigação dos desastres e, conseqüentemente o aumento da resiliência, seria necessário um conhecimento prévio das condições naturais do Município e das obras que melhor se adequam a sua dinâmica natural. Não há como se prever o desastre quando não se conhece riscos provenientes das vulnerabilidades sociais e das condições do meio natural, na qual a sociedade está inserida. A realização do diagnóstico socioambiental do Município e a elaboração de mapas de risco deveria ser o ponto de partida para as ações desenvolvidas pela Defesa Civil Municipal, nas quatro etapas que envolvem as atividades relacionadas com os eventos adversos nas respectivas fases: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. A implementação da Gestão de Riscos pela Defesa Civil deve ser responsável pelo planejamento, direção e controle de todas as atividades relacionadas com os eventos adversos em qualquer uma de suas fases, permitindo a plena participação das comunidades nas atividades e ações desenvolvidas. A clareza de informações sobre o repasse de verbas, planejamento e execução de obras entre o poder público e as comunidades afetadas, vem a contribuir na diminuição de tensões e conflitos de interesses que sempre se encontram presentes neste processo. A fala de um morador ilustra a falta de participação nas tomadas de decisão do poder público e o sentimento de abandono frente à reconstrução:

A gente aqui se sente abandonado e enganado as duas coisas, as pontes tão lá caída, é um descaso total. Não culpa só o Prefeito, mas o pessoal do Estado (...) a ponte não suporta mais passar meu caminhão; fechou cooperativa, fabrica de conserva, três madeiras

grandes (...) o dinheiro que era pra ser usado aqui, usaram tudo lá na [zona urbana]. (Acervo NEPED, 2011, p. 42).

A análise realizada sobre a capacidade de resistência das cidades afetadas por desastres ambientais, em mais de uma dezena estudos de caso em outras partes do mundo, permitiu que Lawrence Vale (2005), concluísse que o processo de reconstrução, onde vigora o regime democrático, as obras são executadas nos mesmos moldes presentes antes de sua destruição. A idéia de aproveitar a reconstrução para melhorar e corrigir, na prática, na maioria das vezes, tem sido mínima. Os projetos desenvolvidos na construção de habitações não contribuem para o restabelecimento das relações sociais anteriores ao evento. A articulação política nos níveis, municipal, estadual e nacional é marcada pela falta de comunicação dos agentes envolvidos. A comparação dos resultados deste estudo com os obtidos no Município de Ilhota ilustra que a falta de planejamento e participação no processo de reconstrução está presente também em outros países.

Quanto à execução das obras estruturais por órgãos não municipais (como o DEINFRA e a COHAB), deveriam ser estabelecidos mecanismos de articulação no planejamento e efetivação das obras nos níveis municipal e estadual, cabendo à Defesa Civil ou à Secretaria de Obras e Planejamento, o controle sobre a adequação do projeto das obras ao meio natural e o acompanhamento de sua execução, de forma que promovessem uma maior resiliência frente a um possível novo desastre.

A difusão sobre a cultura dos desastres deveria ser incluída em todas as instituições envolvidas na reconstrução, com a finalidade de trazer o Município afetado para, no mínimo, as condições de normalidade, ao invés gerar novos problemas que comprometem o bem estar social e economia da região.

Os resultados obtidos na presente pesquisa demonstram que:

1 - Não houve um plano de reconstrução Municipal que permitisse aos moradores o restabelecimento das condições adequadas de vida. A ausência de planejamento para a execução das obras não contribuiu para a redução das vulnerabilidades e, muito menos, serviu como oportunidade de oferecer melhores condições do que as existentes antes do desastre. Os órgãos estaduais responsáveis pelas obras de reconstrução no Município não as executaram para promover a resiliência frente a um novo desastre ambiental, fazendo com que houvesse constante investimento de dinheiro público para reparar ou refazer obras recém construídas.

2 - A participação das pessoas e comunidades não foi considerada nas decisões tomadas pelos órgãos públicos, fato que gera conflitos e tensões entre as partes envolvidas estando em contradição com o proposto pela bibliografia internacional, bem como pela Política Nacional de Defesa Civil.

3 – Apesar de haver o repasse de verbas pelo Governo, as obras estruturais demoram muito tempo para serem executadas, dificultando a volta às condições de normalidade do Município.

4 - A morosidade na entrega das casas para os desabrigados trás graves transtornos às pessoas atingidas no ano de 2008, dentre eles a aquisição de empréstimos para a reconstrução de suas moradias e recuperação das propriedades agrícolas, muitas vezes em áreas de risco.

5 – A maior parte das obras estruturais não se adéqua à dinâmica natural da região, gerando novos problemas como a contaminação do solo e das águas, além de transtornos ao bem estar social e econômico. Dentre os fatores responsáveis pelo desperdício de dinheiro público, podemos citar a falta de comunicação entre os atores envolvidos, a deficiente atuação da Defesa Civil e dos órgãos estaduais responsáveis pela execução das obras no Município.

A análise dessas e outras evidências deixam claro que o processo de reconstrução é realizado de maneira desordenada, não se coaduna com as sugestões da bibliografia especializada e não oferece melhores condições de resiliência.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política nacional de defesa civil**. Brasília: 2008.

Brasil. Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Santa Catarina. **Ofício 0248/GABS/SPG**, Florianópolis, SC, 12 de maio de 2011.

Brasil. Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. **CTA/DP/DO/N<sup>o</sup> 000310**, Florianópolis, 18 de abril de 2011.

EPC-ENVIRONMENTAL PLANNING COLLABORATIVE (India). **Participatory Planning Guide for Post-Disaster Reconstruction**. Ahmedabad, 2004. 24 p. Disponível em: <<http://www.tcgillc.com/tcgidocs/TCGI%20Disaster%20Guide.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

FREITAS, Mario J. C. C.; MARIMON, Maria P. C.; DAL PAI, Carina C.; FERREIRA, Débora; ALBINO, Lisangela. **Percepção de Risco Ambiental e Participação Popular na Prevenção de Desastres Ambientais: resultados de um estudo piloto em Santa Catarina**. Comunicação oral ao XIV Encontro Nacional da ANPUR. 2011.

LAVELL, Allan. Cuando le Llega El Tiempo a un Idea. **Desastres y Sociedad**, v.2, n. 2, p. 109-128, jun. 1994. Disponível em: <http://www.desenredando.org/public/revistas/dys/rdys02/dys2-1.0-nov-19-2001-TODO.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

LAVELL, Allan. **La Gestión de Los Desastres: Hipótesis, Concepto y Teoría**. In: Estado, sociedad y gestión de los desastres em América Latina: em busca del paradigma perdido. La Red. Lima. Perú. 1996.

SANTA CATARINA. **Reconstrução áreas afetadas catástrofe novembro 2008**: relatório de ações. Florianópolis: IOESC, 2008 162 p. ISBN (Broch).

TOMINAGA, Lidia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (Org). **Desastres Naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UN-ISDR – United Nations. **International Strategy for Disaster Reducion – Living with Risk.A Global Review of Disaster ReducionInitiatives**.United Nations.Geneva, Suíça. 2002. Disponível em: <[http://www.unisdr.org/about\\_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm](http://www.unisdr.org/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm)>. Acesso em: 04 jan. 2011.

VALENCIO, N. F. L. S. (Org.). et al. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. 1. ed. São Carlos: RiMa Editora, 2009. v. 1. 280 p.

VALE, Lawrence; CAMPANELLA, Thomas. **The Resilient City: How Cities Recover from Disaster**. New York: Oxford University Press, 2005

# Relatos

## Cartografias Afetivas

*Uma outra possibilidade de cartografar*

Por Jéssica Gerente



Durante os dias 14, 18 e 21 de maio, a bolsista Jéssica Gerente, participou da oficina intitulada “Cartografias Afetivas” promovida pelo Museu Victor Meirelles durante a 10ª Semana de Museus.

Esta oficina foi ministrada pela artista Juliana Crispe (UDESC) e faz parte do seu projeto de mestrado em Artes Visuais intitulado: “Apontamentos para lembranças”. “*Cartografias Afetivas é um projeto que propõe a construção de mapas, cartografias do universo pessoal, do coletivo, cartografias de vivências, lembranças,*

*peças, lugares, espaços, etc. Territórios afetivos que nos são importantes e nos afetam*”, define Juliana. (Fonte: <http://www.ceart.udesc.br/noticias/juliana-crispe-ministra-oficina-cartografias-afetivas-no-museu-victor-meirelles/> - Acesso em 23/05/12)

A oficina visou desencadear processos criativos de arte e pedagógicos, sendo dividida em duas partes principais, a primeira: Exposição teórica – onde a ministrante mostrou cartografias, trechos de livros e filmes relacionados ao tema da oficina, depois disto cada participante falou do que lhe era afetivo para que outro fizesse uma cartografia disto. A segunda: Percorrido um trajeto pela cidade, onde cada participante cartografou o que lhe afetava - percursos foram estimulados para que através deles, por meio de lembranças e sentimentos, cada participante pudesse criar e perceber o que lhe causa afeto, além de instigar o participante a criar uma nova relação de percepção do espaço da cidade. Como finalização da oficina, cada aluno ficou responsável de fazer uma cartografia afetiva de si e do outro, para ser posteriormente publicado.

Assim como a imagem, os trechos abaixo foram tirados do blog da artista - <http://cartografiasafetivas.blogspot.com.br> - onde a mesma descreve um pouco do projeto:

*“A partir de questões ligadas a psicogeografia proposta pela Internacional Situacionista, busco ampliar essas cartografias, dando possibilidade para que outras pessoas possam construir suas cartografias, seus mapas, processando assim um arquivo em constante processo, na medida em que novos espaços meus e de outras pessoas serão cartografados.”*

*“Minha pesquisa perpassa também por uma deriva cartográfica ainda mais subjetiva, uma deriva do pensamento, não apenas de um espaço físico. Meu pensamento passa a ser uma cartografia do tempo e do espaço e a lembrança, a espessura que traz novamente lugares e pessoas. Como citado no início, a cartografia caminha por territórios diversos, mapeando lembranças, pessoas, fatos de minha infância, de minha vida, etc.”*

## I Seminário de Gestão de Riscos Geológicos do Estado de Santa Catarina



Por Jéssica Gerente e Rudney da Silva



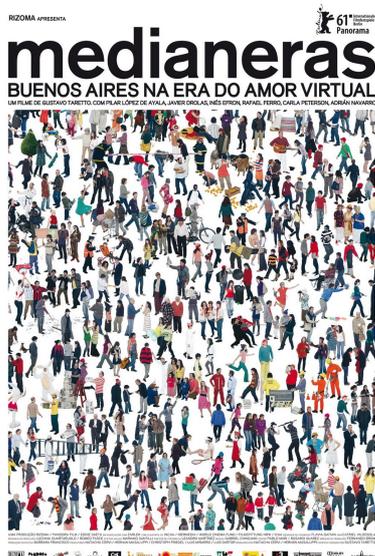
Durante os dias 21 e 22 de maio os bolsistas: Jéssica, João Daniel e Rudney participaram do I Seminário de Gestão de Riscos Geológicos do Estado de Santa Catarina promovido pela Associação Brasileira de Geólogos e contou com a participação de inúmeros palestrantes, representantes de órgãos do governo e de universidades.

Na abertura, dia 21 às 9 horas, aconteceu a solenidade de entrega de 10 medalhas Mérito Governador Colombo Machado Salles, homenageando instituições e pessoas que contribuíram para a proteção das comunidades catarinenses. Logo após, aconteceu a Palestra de Abertura com o tema “Desastres Geológicos no Brasil – antecedentes e perspectivas (Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres – PNGRD)” com Eduardo Macedo, geólogo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. À tarde aconteceram duas mesas redondas: Metodologias e Formação de Pessoal, que abordaram os assuntos como mapeamento de áreas de risco geológico e o papel das universidades e da ABGE na divulgação de metodologias e no aperfeiçoamento de pessoal em gestão de riscos geológicos, além das atribuições e responsabilidades do profissional habilitado a trabalhar com risco geológico, a outra mesa era sobre as experiências municipais na gestão de riscos de desastres, onde foram expostos exemplos de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Blumenau. Também houve a palestra “Ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil na gestão de riscos geológicos” proferida pelo Diretor do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Rafael Schadeck.

O segundo dia do Seminário teve início com a palestra “Gestão de Riscos Ambientais Urbanos: uma necessidade urgente na gestão das cidades” com o Professor da Universidade Federal do ABC, geólogo Fernando Rocha Nogueira, seguida de “Atividades da CPRM no Programa de Gestão de Riscos e as respostas a Desastres” com o geólogo da CPRM Jorge Pimentel e finalmente a palestra debatendo a pergunta-tema “Por que fazer gestão de riscos?”, com a presença de Joaquin Toro, especialista sênior em Gestão de Risco de Desastres do Banco Mundial. Ainda na manhã houve uma mesa redonda discutindo as experiências estaduais na gestão de riscos de desastres, como a prevenção de desastres naturais e redução de riscos geológicos no Estado de São Paulo e o papel do Instituto Geológico, a Carta de Risco a Escorregamentos e operação de alarme baseado na correlação de chuvas X escorregamento no Estado do Rio de Janeiro e a atuação do CEPED na gestão de riscos geológicos em Santa Catarina. À tarde, mais duas mesas redondas discutiram as Políticas Públicas na Gestão de Riscos de Desastres e outra sobre Monitoramento e Alerta, finalizando com a Palestra de Encerramento com o secretário de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina, Geraldo César Althoff.

Além disto, o evento contou com a exposição de diversos trabalhos relacionados com a temática de geologia, SIG e prevenção de risco, dentre os expostos, alguns deles eram de alunos e professores do curso de Geografia da UDESC.

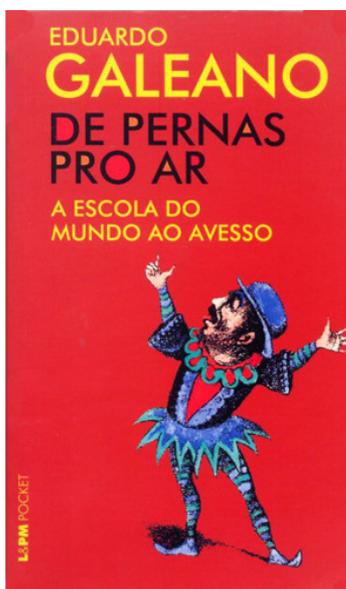
# PET-Indica



## Sinopse

Martin (Javier Drolas) e Mariana (Pilar López de Ayala) vivem na mesma rua, em edifícios opostos, mas eles nunca se conheceram. Eles andam pelos mesmos lugares mas nunca notaram um ao outro. Quais são as chances deles se conhecerem em uma cidade de três milhões de habitantes? O que os separa, irá uni-los.

[http://interfilmes.com/filme\\_25421\\_Medianeras.Buenos.Aires.da.Era.do.Amor.Digital-\(Medianeras\).html](http://interfilmes.com/filme_25421_Medianeras.Buenos.Aires.da.Era.do.Amor.Digital-(Medianeras).html)



"Há cento e trinta anos, depois de visitar o País das Maravilhas, Alice entrou num espelho para descobrir o mundo ao avesso. Se Alice renascesse em nossos dias, não precisaria atravessar nenhum espelho: bastaria que chegasse à janela. No fim do milênio, o mundo ao avesso está à vista de todos; o mundo tal qual é, com a esquerda na direita, o umbigo nas costas e a cabeça nos pés."

Em *De pernas pro ar – A escola do mundo ao avesso*, Eduardo Galeano provoca nossas emoções e nossas consciências, como já o fizera no clássico *As veias abertas da América Latina* no início da década de 70. Nestas páginas, que transitam pela ironia e, não raro pela indignação, desfilam uma enorme quantidade de fatos, eventos históricos e jornalísticos que comprovam que o mundo está, de fato, de pernas pro ar, refletindo a nossa incapacidade de harmonizar justiça e liberdade.

Verdadeiro, generoso, lírico e às vezes cruel, este livro é um inventário da nossa dura, estranha e injusta realidade. Dono de uma obra emblemática e importante, Eduardo Galeano é um dos mais importantes escritores latino-americanos, com seu nome projetado em todo o mundo com traduções em mais de 20 línguas.

<http://www.lbm-editores.com.br>

# Eventos

## **I Ciclo de Palestras em Políticas Públicas e Educação do NEPP – UDESC**

Data: 11 de junho de 2012 – 18h30min

Local: Auditório da FAED- Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis

## **III Seminário Ibero-Americano de Geografia Física e o VII Seminário LatinoAmericano de Geografia Física**

Data: 11 a 16 de junho de 2012

Local: Manaus/AM

Informações: [ibero.latino.2012@gmail.com](mailto:ibero.latino.2012@gmail.com)

## **II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**

Data: 24 a 28 de junho de 2012

Informações: <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/II%20SICASA/index.html>

## **VIII Seminário do Trabalho - UNESP - Trabalho, Educação e Políticas Sociais Evento Internacional com conferencistas do Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia, México, Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra.**

Data: 25, 26, 27 e 28 de Junho de 2012

Local: Marília-SP20

RIO + 20

Data: 20, 21 e 22 de Junho 2012

Local: Rio de Janeiro/RJ

Informações: <http://www.uncsd2012.org/rio20/>

## **15ª Conferência do International Planning History Society (IPHS)**

Data: 15 a 18 de julho de 2012

Local: São Paulo/SP

Informações: <http://www.fau.usp.br/15-iphs-conference-sao-paulo-2012/>

## **4ª Reunião Anual da SBPC**

Data: 22 a 27 de julho de 2012

Local: Universidade Federal do Maranhão - São Luís/MA

Informações: <http://www.sbpcnet.org.br/saoluis/home/>

## **XVII Encontro Nacional de Geógrafos**

Data: 22 a 28 de julho de 2012

Local: Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Pampulha - Belo Horizonte/MG

Informações: <http://www.eng2012.org.br/>

## **2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES**

Data: 17 a 19 de setembro de 2012

Local: Universidade Federal de Santa Catarina

Informações: <http://www.labimha.ufsc.br/2simposio>